

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 376.372 - ES (2013/0242392-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO COSIPA DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO : SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES E OUTRO(S) - ES000416A
AGRAVADO : JOSÉ FRANCISCO QUIEZA DA VITÓRIA
ADVOGADO : BRUNO CASTELLO MIGUEL E OUTRO(S) - ES016106

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FUNDAÇÃO COSIPA DE SEGURIDADE SOCIAL, doravante FEMCO - contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES), que inadmitiu o recurso especial.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por FEMCO contra decisão proferida na execução provisória promovida por JOSÉ FRANCISCO QUIEZA DA VITÓRIA.

O eg. TJ-ES, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 80):

"EMENTA: - AGRAVO DE INSTRUMENTO - SUSPENSÃO - EXECUÇÃO PROVISÓRIA - EFEITOS - RECURSOS REPETITIVOS - RECURSO IMPROVIDO - 1 A determinação de suspensão do feito pela vice-presidência deste egrégio Tribunal de Justiça, ao aplicar nos Recursos Especial e Extraordinários, o procedimento dos artigos 543-C e 543-B do CPC, respectivamente, em momento algum modifica a questão no que se refere aos efeitos os recursos, mas tão somente determina o sobrestamento da subida dos mesmos por ser desnecessário movimentá-los, já que existirão recursos sobre a mesma matéria, suficientes para análise do STJ e do STF. 2. É inequívoco que o que se suspende ou se sobresta é o seguimento dos recursos, restando intangíveis os seus efeitos. 3. A modificação legislativa busca a tempestiva prestação da tutela jurisdicional, e seria contraproducente a norma que visa a celeridade e efetividade, sobrestar que v. Acórdão produzam seus regulares efeitos. Recurso improvido."

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos com efeitos infringentes, conforme acórdão assim ementado (fl. 106):

"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXISTÊNCIA DAS OMISSÕES - IMPOSSIBILIDADE DA MULTA DO ART. 475 - J

NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROVISÓRIO - IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS - INEXISTÊNCIA DE LIMITE AOS ATOS EXECUTÓRIOS, SALVO LEVANTAMENTO DE QUANTIA - RECURSO PROVIDO.

- 1. Assiste razão ao embargante quanto as supracitadas omissões.*
- 2. Sobre a impossibilidade de aplicação da multa do art. 475-J em caso de cumprimento de sentença provisório, nos termos do art. 475-0, já decidiu o STJ.*
- 3. não assiste razão ao embargante quanto a limitação de 60 (sessenta) salários mínimos para a execução provisória, pois esta limitação incide no levantamento do montante executado, e não nos demais atos executivos, como a penhora e avaliação.*
- 4. Quanto a impossibilidade de reserva de valores para pagamento dos honorários contratuais, assiste razão ao embargante, já que estes valores não fazem parte do título executivo objeto do cumprimento de sentença. Recurso conhecido e provido."*

Os embargos de declaração posteriores não foram acolhidos, conforme acórdãos de fls. 151/156 e 205/211.

Inconformada, FEMCO interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, violação do art. 475-O, §2º, inciso I, do CPC/73.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 224/228.

Irresignada, FEMCO manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 251/254).

É o relatório. Decido.

Cumprido salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta a recorrente violação do art. 475-O, §2º, inciso I, do CPC/73, ao argumento de que não seria possível a execução provisória quando o valor ultrapassar 60 salários-mínimos. O eg. TJ-ES, por seu turno,

ressaltou que esse dispositivo não impede o início da execução, mas apenas o levantamento de valor superior a 60 salários-mínimos. Ressaltou ainda que não houve decisão do magistrado sobre essa questão, de modo que não seria possível analisar se estariam presentes os requisitos para levantar a quantia. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fl. 109):

"No entanto, não assiste razão ao embargante quanto a limitação de 60 (sessenta) salários mínimos para a execução provisória, pois esta limitação incide no levantamento do montante executado, e não nos demais atos executivos, como a penhora e avaliação. Ademais, não houve decisão do douto magistrado nesse sentido, assim, rião deve ser neste momento analisado se estão presentes os requisitos para levantamento de quantia que sequer está garantida em juízo.

For fim, quanto a impossibilidade de reserva de valores para pagamento dos honorários contratuais, tenho que assiste razão ao embargante, já que estes valores não fazem parte do título executivo objeto do cumprimento de sentença."

Dispõe o art. 475-O, §2º, inciso I, do COC/73, *in verbis*:

"Art. 475-O. A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas: (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

(...)

III – o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

§ 2º A caução a que se refere o inciso III do caput deste artigo poderá ser dispensada: (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

I – quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade; (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

II - nos casos de execução provisória em que penda agravo perante o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação. (Redação dada pela Lei nº 12.322, de 2010)"

Com efeito, os dispositivos acima transcritos evidenciam que a limitação prevista no inciso I do § 2º do art. 475-O do CPC/73 refere-se aos atos de levantamento da quantia depositada e atos de alienação de propriedade (inciso III do art. 475-O do CPC/73).

Nessa mesma linha é o entendimento deste Sodalício:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. LEVANTAMENTO DE VALOR DE PENSIONAMENTO. SITUAÇÃO DE NECESSIDADE DEMONSTRADA. CASO DE APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DE REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP 1.145.358/PR. RECURSO NÃO PROVIDO.

*1. A Segunda Seção, julgando representativo da controvérsia submetido ao rito do art. 543-C do CPC - REsp 1.145.358/PR -, sob a relatoria do insigne Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, aplicável ao caso em comento, pacificou a controvérsia no sentido de que **é dado ao juiz da execução deferir, nos termos do art. 475-O, § 2º, I, do CPC, até o limite de sessenta vezes o salário mínimo, o levantamento do valor em execução provisória, dispensando a prestação da contracautela, na hipótese de, como se dá no caso dos autos: (I) tratar-se de crédito de natureza alimentar; e (II) existência de estado de necessidade, de modo que, mesmo com perigo de irreversibilidade da situação, os danos para o exequente, diante da espera do fim do processo, seriam muito superiores àqueles ocorridos no patrimônio da executada.***

2. Agravo regimental não provido."

*(AgRg no AREsp 292.872/ES, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 19/12/2014, g.n.)*

Assim, verifica-se que não há violação do art. 475-O, § 2º, inciso I, do CPC/73, especialmente porque o v. acórdão estadual está em consonância com a orientação jurisprudencial desta eg. Corte Superior. Incide à espécie a Súmula 83/STJ, aplicável ao recurso interposto pela alínea "a" ou "c" do permissivo constitucional.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator